PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2016-06-23	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2016.06.23 19:52:04 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 2515 / XIII (1 .ª)

Assunto: Problemas de acesso à emissão da Televisão Digital Terrestre

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Ao longo dos anos o PCP tem vindo a chamar a atenção para a necessidade de reforçar os meios técnicos de emissão da Televisão Digital Terrestre, face às graves insuficiências do dispositivo existente no nosso país. Este problema coloca-se, não só nas zonas mais remotas e de difícil acesso em territórios do interior, mas também nas áreas metropolitanas e até bem próximo de Lisboa. Neste último caso, é conhecida a questão técnica da frequência única, que muitas vezes se traduz em quebras de sinal, por deficiente articulação da rede de emissores. Isso mesmo poderá estar na origem da situação que nos foi transmitida e que desta vez se reporta ao Concelho de Loures, Freguesia de Santa Iria de Azoia. De acordo com os relatos que nos chegaram, na rua Alto da Cruzinha, em Pirescoxe, verifica-se há muito tempo uma situação de corte de sinal na emissão televisiva, que ocorre sistematicamente no período noturno, designadamente entre as 23:00 e as 07:00 horas, causando evidentes transtornos às populações e impedindo o seu acesso ao serviço público de televisão e às demais estações televisivas em sinal aberto.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:

1. Que avaliação é feita por parte do Governo sobre as condições de acesso da população à Televisão Digital Terrestre?
2. O Governo reconhece que há uma parte importante da população portuguesa que tem tido enormes dificuldades em aceder ao Serviço Público de Televisão – bem como aos restantes canais emitidos em sinal aberto?
3. Que articulação está a ser feita com a Autoridade Nacional de Comunicações no sentido de acompanhar e dinamizar a monitorização e o reforço da rede de emissão nestes locais?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 22 de Junho de 2016

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

JERÓNIMO DE SOUSA(PCP)

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.